

## Congresso votará protocolo contra tortura

“É uma grande resposta que podemos dar ao descalabro por que passa nosso sistema prisional”, diz Renan em reunião com Aldo e Vannuchi

O Brasil pode adotar uma postura de prevenção da tortura em delegacias de polícia, casas de detenção e presídios. Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, prometeram ontem se empenhar para que o Congresso Nacional ratifique logo o Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura. O documento, assinado em 13 de outubro de 2003 pelo governo brasileiro, estabelece um sistema de visitas regulares de órgãos nacionais e internacionais a presídios e delegacias de polícia. **Página 6**



fotos: Geraldo Magela

Paulo Vannuchi (segundo à esquerda) pede a Aldo e Renan (D) que coloquem em votação o protocolo contra a tortura em presídios, casas de detenção e delegacias

## Relator da LDO, Jucá pede ao Congresso que vote proposta amanhã

Segundo o senador, projeto em exame avança nos mecanismos de transparência, fiscalização e controle de gastos públicos. **Página 3**



Lando (E) e Biscaia chegam para encontro com o procurador-geral da República

### Máfia da ambulância gera processos contra mais 30

O Ministério Público deve pedir ao Supremo Tribunal Federal abertura de inquérito para investigar o suposto envolvimento de mais 30 parlamentares na máfia das ambulâncias. O anúncio foi feito pelo presidente da CPI dos Sanguessugas, Antonio Carlos Biscaia, após se encontrar com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza. **Página 6**

### Exposição de artes plásticas fica aberta ao público até 14 de julho

Uma mostra representativa das artes plásticas brasileiras pode ser vista pelo público até o dia 14 de julho, no Salão Negro do Congresso Nacional. Trata-se da exposição *Artistas Brasileiros – 2006*. **Página 2**



A exposição pode ser vista pelo público das 9h30 às 17h no Salão Negro do Congresso



Exposição reúne obras de 60 artistas de todos os estados da Federação e pode ser visitada até 14 de julho, das 9h30 às 17h, inclusive nos fins de semana, no Salão Negro

## Senado, o novo espaço das artes plásticas brasileiras

Está aberta ao público, inclusive nos fins de semana, a exposição *Artistas Brasileiros – 2006*, que reúne obras de 60 artistas indicados pelos senadores representando todos os estados da Federação. Este é o segundo ano em que o Senado realiza essa mostra, celebrada como valiosa forma de divulgar as artes plásticas no Brasil. A exposição ficará aberta ao público até o dia 14 de julho, podendo ser visitada diariamente, das 9h30 às 17h.

Na solenidade de inauguração do evento, a gravadora e pintora paulista Maria Bonomi destacou a importância da mostra, por dar grande visibilidade ao artista brasileiro. Segundo observou, os resultados são bons tanto para o artista consagrado quanto para o iniciante. Glênio Bianchetti, indicado pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS), expõe uma obra com natureza-morta e peixes, sendo um dos mais elogiados.

O presidente do Senado, Re-



Renan, com Verônica Calheiros (D), abre a mostra com representantes de todos os estados

nan Calheiros, declarou que o mosaico cultural brasileiro ali representado – com artistas já conhecidos internacionalmente, outros que começam a construir uma carreira e ainda os desconhecidos do público – “reflete de forma magnífica a riqueza e as tradições culturais do país”. Na opinião do senador, as variadas técnicas e estilos das obras expostas ajudam o brasileiro a conhecer melhor o Brasil.

– A produção artística do Distrito Federal e de cada um dos 26 estados da Federação está aqui muito bem representada. Essas pinturas figurativas, geométricas e abstratas, essas paisagens humanas e rurais retratam, cada uma a seu modo, a beleza do nosso Brasil, o dia-a-dia do nosso povo, sua força, sua alegria, suas crenças. São obras que nos enchem de orgulho pelo simples fato de sermos brasileiros – disse.

## Cinco eventos literários terão participação da Casa

Depois de participar das bienais do livro de São Paulo e da Paraíba, em março e maio, respectivamente, e da Feira da Indústria, Comércio e Turismo (Feicotur), em junho, no Distrito Federal, o Senado se prepara para outros cinco eventos literários.

O primeiro será a Feira do Livro de Mossoró (RN), de 8 a 13 de agosto, quando os organizadores

esperam receber 30 mil visitantes. Mais de 200 escolas das redes pública e privada se cadastraram para que seus estudantes possam conhecer as novidades literárias da feira.

Ainda em agosto, de 18 a 27, o Senado participa da 7ª Bienal Internacional do Livro do Ceará. A bienal cearense, considerada uma das maiores do país, terá

como tema “Era uma vez... Mil e uma histórias”. Os contadores de histórias serão os principais homenageados.

Em setembro, o Senado levará suas publicações para Belém, no período de 15 a 24, para a 10ª Feira Pan-Amazônica do Livro. Em outubro e novembro, serão realizadas as feiras de livro de Campo Grande e de Porto Alegre.

## Maciel lamenta falecimento do advogado Mauro Durante

O senador Marco Maciel (PFL-PE) apresentou requerimento de pesar pelo falecimento, aos 63 anos, de Mauro Motta Durante, ocorrido no dia 17 de junho, em Juiz de Fora (MG), em decorrência de um infarto. Heloísa Helena (PSOL-AL) e Tião Viana (PT-AC) associaram-se à homenagem.

Maciel destacou que Mauro Durante, natural de Juiz de Fora, chefiou o gabinete do então vice-presidente da República Itamar Franco. Quando Itamar assumiu a Presidência, após o *impeachment* de Fernando Collor de Mello, Durante foi nomeado secretário-geral da Presidência, com *status* de ministro.

– O súbito falecimento de Mauro Durante, de quem eu era amigo, consternou a todos quantos tiveram a graça de com ele conviver – afirmou Maciel.

Advogado, Mauro Durante também chefiou o departamento jurídico da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), foi diretor-geral do Tribunal Superior do Trabalho (TST) e presidente, no governo de Fernando Henrique Cardoso, do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

Ultimamente, Mauro Durante estava assessorando o ex-presidente Itamar Franco.

## Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

### Plenário realiza sessão às 9h

A sessão plenária está marcada para as 9h. Na pauta, medidas provisórias e projetos de conversão, como o que reajusta o salário mínimo para R\$ 350 e estende o aumento para aposentados e pensionistas. Também estão em análise liberações de verbas do Orçamento para ministérios e outros órgãos públicos. As matérias trancam a pauta de votações.

### Mostra sobre os 180 anos da Biblioteca do Senado

Termina amanhã a mostra *180 Anos de História Viva*, em comemoração aos 180 anos da Biblioteca do Senado. A exposição traz o acervo de obras raras da biblioteca, como as primeiras edições de autores como Machado de Assis, entre outros. O exemplar mais antigo da coleção é o livro *Novus Orbis*, do historiador e geógrafo flamengo Johannes de Laet, editado em 1633. O conjunto de obras fica exposto das 9h às 18h.

### CPI dos Sanguessugas

A CPI dos Sanguessugas realiza reunião amanhã, às 10h, quando deverá eleger o vice-presidente do colegiado. Também consta na agenda a votação de requerimentos apresentados pelos parlamentares e a elaboração do roteiro de trabalhos.

### Ciclo de palestras Unilegis

Amanhã, às 9h30, o Ciclo de Conferências Unilegis 2006 discute as novas regras eleitorais com o presidente da Comissão de Ética Pública da Presidência, Fernando Neves da Silva, no auditório do Interlegis, em Brasília.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670

**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

*Site:* [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - *E-mail:* [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Marco Maciel e Ramez Tebet e pela senadora Heloísa Helena





Plenário tem a agenda de votações trancada por cinco medidas provisórias, sendo a maioria voltada à abertura de crédito extraordinário

## MP que reajusta o mínimo é a terceira em pauta

Cinco medidas provisórias (MPs) com prazo de votação vencido continuam a obstruir a pauta de deliberações do Senado. Uma delas, a MP 288/06, que reajustou o salário mínimo para R\$ 350 desde 1º de abril de 2006, foi alterada por projeto de lei de conversão (PLV 18/06) aprovado pela Câmara e é o terceiro item da agenda da sessão deliberativa de amanhã. As outras quatro MPs abrem créditos extraordinários no Orçamento da União para diversos ministérios.

O PLV 18/06 depende da votação prévia de dois créditos extraordinários para ser aprovado. A matéria deve concentrar as atenções por estender a todos os aposentados e pensionistas da Previdência Social, independentemente do valor do benefício,

o reajuste aplicado ao salário mínimo. Essa vantagem foi incluída por acordo na Câmara dos Deputados.

Quanto aos créditos extraordinários, o primeiro a trancar a pauta foi concedido pela MP 286/06 no valor de R\$ 250,5 milhões e destina-se aos ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. A ordem do dia traz, na seqüência, o PLV 17/06, oferecido à MP 287/06, que abre crédito de R\$ 361,5 milhões em favor do Ministério dos Transportes. Os senadores devem analisar ainda a Medida Provisória 289/06, cujo crédito de R\$ 738 milhões dirige-se, em parte, aos ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O último crédito extraordinário a

ser aprovado (MP 290/06) tem o valor global de R\$ 1,77 bilhão e favorece dez ministérios, além da Presidência da República.

Na quinta-feira, o Senado Federal realiza sessão deliberativa a partir das 14h. Caso a pauta seja liberada, o Plenário examina três propostas de emenda à Constituição: a PEC 30/02, que trata da inelegibilidade dos substitutos eventuais do presidente da República, de governador e de prefeito; a PEC 29/03, que determina a avaliação dos objetivos relativos à ordem social por meio de indicadores de responsabilidade social; e a PEC 9/06, que determina a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb).

## Senado já aprovou quase 500 matérias em 2006

Em quase seis meses de trabalho neste ano, o Senado já aprovou 486 matérias legislativas, entre propostas de emenda constitucional, projetos de lei, medidas provisórias, requerimentos, mensagens e pareceres. Levantamento realizado pela Secretaria Geral da Mesa indica que o Plenário aprovou 365 proposições de 15

de fevereiro até o dia 19 de junho (quando foi fechado o levantamento) e 123 matérias só na convocação extraordinária, que ocorreu em janeiro e no começo de fevereiro.

Entre as principais propostas que passaram pelo Senado estão a minirreforma eleitoral, a repactuação de dívidas dos agricultores

do Nordeste, o reajuste da tabela do Imposto de Renda, o pacote antiviolença, o projeto de gestão de florestas públicas, a reforma infraconstitucional do Judiciário, a ampliação do ensino fundamental para nove anos, a redução do recesso parlamentar e o fim da ajuda de custo durante as convocações extraordinárias.

Substitutivo do senador foi aprovado por unanimidade na Comissão de Orçamento, após acordo entre líderes

## Jucá faz apelo para que o Congresso vote LDO amanhã

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), fez um apelo aos parlamentares para que seja votada amanhã a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina as regras para a elaboração do Orçamento da União para 2007. O senador lembrou que a Comissão Mista de Orçamento (CMO) aprovou parecer favorável ao projeto da LDO na forma do substitutivo apresentado por ele.

– Esta LDO avança nos mecanismos de transparência, fiscalização e controle dos gastos públicos – observou.

Jucá acrescentou que o projeto da lei proíbe o contingenciamento de gastos em vigilância sanitária, o que pode evitar novos surtos de febre aftosa e ajudar na prevenção da gripe aviária. A aquisição e a distribuição de alimentos para fins de combate à fome, bem como a repressão da violência contra a mulher, são outras atividades que não poderão ter seus recursos contingenciados.

Outra determinação importante do projeto da LDO, segundo



Jucá: “Esta LDO avança nos mecanismos de transparência e controle de gastos”

Jucá, é a redução dos gastos do governo com diárias de viagem, passagens aéreas e publicidade, os quais deverão cair pelo menos 10% em relação a este ano. A diminuição da contrapartida exigida das cidades mais pobres para que sejam beneficiadas por projetos do governo também está entre as mudanças.

Ao todo, o projeto da LDO recebeu 2.321 emendas, das quais foram aceitas 1.100. O substitutivo de Jucá teve aprovação unânime na CMO, após acordo de líderes.

## Pavan pede ao governo liberação de recursos para Santa Catarina

Leonel Pavan (PSDB-SC) pediu ao governo federal mais sensibilidade na análise das emendas apresentadas por ele para liberação de recursos para o estado de Santa Catarina. O parlamentar informou que ainda não obteve resposta e advertiu que os convênios têm de ser assinados até o final deste mês.

– Municípios de todos os tamanhos e das mais diversas correntes partidárias estão na expectativa. Se os recursos não forem liberados, além dos evidentes prejuízos à sociedade brasileira, vai soar como represália a um senador do PSDB. Que tipo de democracia é essa, em que a oposição não tem direitos? – indagou.

Pavan se dirigiu mais diretamente aos ministros das Cidades, Márcio Fortes, e do Turismo, Walfrido Mares Guia, autoridades em que ele afirmou acreditar mui-



Pavan observa que os convênios precisam ser assinados até o fim deste mês

to, e solicitou dos dois atenção especial ao assunto.

O senador apresentou cerca de cem emendas para os municípios catarinenses, entre individuais e de bancada. Segundo Leonel Pavan, o valor, em geral, é pequeno, mas os projetos em questão são de grande importância para os municípios.



Prática de restringir benefícios a clientes novos “contraria as relações de consumo”, segundo proposta em exame pela Comissão de Meio Ambiente do Senado

## Proposta exige ofertas iguais para novos e antigos clientes

No fornecimento de bens e serviços executados continuamente – como os de serviços de tevê a cabo, de telefonia celular e de acesso à internet –, as prestadoras que promoverem ofertas com condições especiais para atrair novos clientes podem vir a ter que oferecer as mesmas vantagens aos clientes antigos.

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa amanhã projeto de lei da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) que acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) para determinar que o fornecedor estenda aos contratos em vigor, a critério do consumidor, as mesmas condições oferecidas para os contratos de adesão. A proposta (PLS 45/06), que receberá decisão terminativa da CMA, conta com parecer favorável do relator, Aelton Freitas (PL-MG).

– Muitas vezes os fornecedores contratam o fornecimento de serviços com novos clientes a preços inferiores aos cobrados dos clientes mais antigos. Isso contraria os princípios que norteiam as relações de consumo – explica Maria do Carmo.

Outra proposta a ser analisada pela CMA, de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), exige que os



Maria do Carmo: é comum que ofertas só sejam feitas para atrair novos clientes

rótulos das embalagens de equipamentos de limpeza contendo advertências sobre os riscos de escassez de água doce e incentivo ao consumo moderado desse recurso natural (PLS 176/05). A proposição, que também tramita em caráter terminativo, conta com parecer favorável do relator, Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), na forma de substitutivo já aprovado na Comissão de Educação (CE).

Crivella argumenta que cerca de 97,3% da água existente no planeta é salgada. Desse percentual, segundo ele, 77,20% estão concentrados em geleiras; 22,40% são águas subterrâneas; 0,35% está em lagos, lagoas e pântanos; 0,04% encontra-se disperso na atmosfera; e somente 0,01% estaria disponível

em córregos, riachos e rios. O Brasil, explica o senador, concentra cerca de 12% de todas as reservas mundiais de água doce, embora o uso inadequado da água comprometa a utilização do recurso natural em diversas regiões do país.

### Combustível

A CMA deverá analisar também proposta de fiscalização e controle (PFS 6/05) de autoria de Leomar Quintanilha proveniente de representação em que o posto de combustíveis Brazuca Auto Posto Ltda., de Sobradinho (DF), acusa a Petrobras Distribuidora S.A. de negligência.

Segundo o posto Brazuca, a distribuidora estatal deixou de cumprir obrigações contratuais referentes a ensaios de estanqueidade (medição e detecção de vazamentos de combustíveis) e à manutenção dos tanques de armazenagem de combustível, o que teria acarretado a ocorrência de vazamentos, com sérias repercussões para o meio ambiente e a saúde da população vizinha ao posto.

A matéria tem como relator Luiz Otávio (PMDB-PA), que apresentou um plano de trabalho no qual solicita ao Tribunal de Contas da União inspeções cujos resultados irão subsidiar a elaboração do relatório final.

## FAT poderá financiar estágios remunerados

A Comissão de Educação (CE) vota amanhã, em decisão terminativa, projeto de lei de José Agripino (PFL-RN) que permite que o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) financie estágio remunerado para trabalhadores em empresas e universidades, pelo prazo de seis meses. Pela proposta (PLS 177/02), fica criada a bolsa de aperfeiçoamento profissional, no valor de R\$ 200.

O relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), diz ser favorável ao projeto, por entender que custear estágios constitui um impulso ao emprego e à formação profissional. Mas apresentou emendas ao projeto original, entre elas a que determina que o trabalhador somente poderá ter acesso ao be-



Agripino quer que trabalhadores recebam incentivo por seis meses

nefício caso esteja cadastrado no Sistema Nacional de Emprego (Sine), no Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) ou no Instituto Euvaldo Lodi (Iel), vinculado à Confederação Nacional da Indústria (CNI).

Na mesma reunião, marcada

para as 10h, a CE aprecia projeto (PLS 281/03) de autoria de Efraim Morais (PFL-PB) que torna obrigatório o ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Para o senador, a matéria, já instituída pelas quatro convenções de Genebra, é de fundamental importância para a formação da oficialidade.

Também consta da pauta da CE a análise de projeto de resolução (PRS 2/05) da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) que determina que a TV Senado traduza para a Língua Brasileira de Sinais (Libras) as transmissões das sessões plenárias e reuniões das comissões da Casa.



Comissão de Assuntos Econômicos examina aposentadoria para donas-de-casa

## CAE examina demarcação de reserva em Rondônia

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) examina nesta semana projeto de lei do Executivo que exclui 31,4 mil hectares dos limites da Reserva Extrativista do Rio Ouro Preto, em Rondônia. O Ministério do Meio Ambiente alega que a delimitação original da reserva foi feita “sem uma análise mais detalhada” da situação fundiária local e, em consequência, englobou erroneamente uma fração de terras totalmente modificada pela ação humana, já utilizada na exploração de atividade agropecuária.

A reserva está localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Marmoré. Em seu parecer favorável, Romero Jucá (PMDB-RR) ressalta que a área “jamais deveria ter sido incluída na unidade de conservação”. Se aprovada a proposta (PLC 47/05), que ainda vai a exame do Plenário, a reserva passará a contar com

cerca de 173 mil hectares.

Da lista de 23 matérias para exame, consta ainda projeto de lei da Câmara (PLC 25/04) que propõe incluir no sistema previdenciário as donas-de-casa ou outras pessoas que integram união estável, prestam serviços sem remuneração em suas próprias residências e não são segurados obrigatórios da Previdência. A contribuição deverá ser recolhida pelo cônjuge que detenha a renda. O voto do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP), é pela aprovação na forma de substitutivo já aprovado na Comissão de Assuntos Sociais. Na mesma reunião, retorna à pauta proposta de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que dispõe sobre o emprego dos rendimentos resultantes das aplicações, no mercado financeiro, das receitas tributárias de competência dos estados, do Distrito Federal e dos municípios (PLS 58/04).

## Proprietário rural que conservar a natureza deverá ter incentivo fiscal

Também aguarda deliberação da CAE projeto do senador licenciado Delcídio Amaral (PT-MS) que autoriza o Executivo a criar o Programa Nacional de Incentivo à Conservação da Natureza para conceder vantagens fiscais às propriedades rurais que protegerem o meio ambiente. Delcídio afirma que os mecanismos de comando e controle, embora imprescindíveis, têm tido um impacto aquém do necessário para assegurar a efetiva proteção da natureza, até em razão das limitações do Estado para assegurar fiscalização e controle.

A proposição (PLS 115/06) estabelece que o proprietário rural detentor de área reconhecida pela autoridade ambiental federal como importante para a conservação da natureza será contemplado com um Certificado Nacional de Propriedade de Interesse Ambien-



Delcídio propõe que mercedores de certificado possam ter dedução no IR

tal, que permitirá reduzir o seu imposto de renda anual até o limite de 5% do Imposto de Renda devido em cada ano-base.

Propiciará também ao proprietário rural ter direito aos benefícios da Lei 10.177/01, que disciplina as operações feitas com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.





Iniciativa de associação de Tangará da Serra (MT) será analisada amanhã pela CDH

## Sugestão da sociedade amplia os direitos do empregado doméstico

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) analisa na reunião de amanhã, convocada para as 10h30, a Sugestão 16/04, de iniciativa da Associação Tangarense das Empregadas Domésticas, de Tangará da Serra (MT), que concede aos empregados domésticos praticamente os mesmos direitos do trabalhador em geral, incluindo o pagamento de adicional noturno de 20% sobre as horas de trabalho prestadas no período entre 22h e 6h da manhã do dia seguinte.

O relator, senador Aelton Freitas (PL-MG), propõe a aprovação da sugestão, na forma de projeto de lei que apresenta. Caso seja aprovada a sugestão pelos integrantes do colegiado, a matéria passará a tramitar no Senado Federal, tendo como autora a própria CDH.

De acordo com a proposição, o empregado doméstico que

for dispensado sem justa causa também terá direito a receber o seguro-desemprego no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses. A Comissão de Direitos Humanos, presidida pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), também deve votar na reunião de amanhã, em decisão terminativa, projeto de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que visa tornar obrigatória a identificação em braile nas teclas dos telefones fabricados e comercializados em todo o país (PLS 209/04).

Está prevista ainda na pauta da comissão a votação, em decisão terminativa, de projeto de lei (PLS 155/03) de iniciativa da senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) que permite o financiamento de centros de convivência de idosos e casas-lares com recursos oriundos do Sistema Financeiro de Habitação.

## Projeto de Roseana veda despedida sem justa causa de portador de HIV

Tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) projeto da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que veda a despedida arbitrária ou sem justa causa do empregado portador do vírus HIV, causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids), ou do vírus HCV (hepatite C).

O mesmo projeto (PLS 145/06) impede a demissão arbitrária do portador de toda doença grave e contagiosa, assim classificada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e que deverá ser declarada em decreto pelo presidente da República.

A proposta estabelece que a rescisão de contrato será autorizada se ocorrer, em caráter definitivo, a concessão ao empregado de benefício de prestação continuada pela Previdência Social.

De acordo com o projeto, a demissão arbitrária assegurará ao empregado indenização cor-



Roseana sugere indenização por dano moral nos casos de discriminação

respondente ao dobro do valor dos salários a que teria direito no período compreendido entre a data da rescisão do contrato de trabalho e a concessão do benefício previdenciário.

Pelo projeto, se ficar caracterizada discriminação pelo empregador na despedida arbitrária ou sem justa causa, competirá à Justiça do Trabalho estabelecer a indenização pelo dano moral.

Senador destaca atuação do Sistema Único de Assistência Social, que integra ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios

## Tião Viana aponta êxito das políticas de assistência social

O senador Tião Viana (PT-AC) destacou ontem a atuação do Sistema Único de Assistência Social (Suas), instituído pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em 2004, para integrar as ações de assistência social de responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Segundo o parlamentar, que é médico, o Suas ampliou o modelo de gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), estendendo a assistência social para além da saúde, ao incluir também a seguridade e a previdência. Para Viana, esse novo conceito foi estabelecido pela Constituição federal em 1988, e regulamentado em 1993 pela Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), mas implementado somente a partir de 2004. Até então, a seu ver, a assistência social, mesmo



Sector contará, este ano, com investimentos em torno de R\$ 22 bilhões, afirma Tião Viana

alcançando avanços, limitava-se a ações e programas não articulados entre si.

Tião Viana anunciou que, para este ano, o Suas contará com cerca de R\$ 22 bilhões de investimento. O senador ressaltou

que, nos últimos anos, o Brasil já ampliou bastante os investimentos em assistência social, passando de R\$ 6 bilhões, em 2002, para R\$ 18 bilhões, em 2005.

– O Suas é uma revolução silenciosa, um passo definitivo para um novo horizonte de assistência social, que inclui saúde, previdência e seguridade, de maneira madura e justa – assinalou Viana.

Ele registrou ainda artigo publicado em 21 de junho pelo jornal *Valor*

*Econômico*, de autoria de Rosângela Bittar, no qual a colunista aponta o êxito do Suas como uma política pública sustentada pela gestão organizada do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

## Fator previdenciário tem que ser extinto, diz Paim

Paulo Paim (PT-RS) voltou a condenar ontem, em pronunciamento, o fator previdenciário, adotado para o cálculo dos proventos da aposentadoria. De acordo com o parlamentar, apesar de ter sido criado para equilibrar as contas da Previdência e desestimular a aposentadoria precoce, o mecanismo se tornou perverso, na medida em que faz com que os trabalhadores permaneçam mais tempo como contribuintes e menos como beneficiários.

Ele explicou que o fator previdenciário foi instituído pela Lei 9.876/99, que determinou que o valor da aposentadoria dependeria da idade do trabalhador, do tempo de contribuição e da expectativa de sobrevivência no momento da aposentadoria, calculada a partir de estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o senador, sempre que o resultado da fórmula for menor que um, há redução no valor da aposentadoria.

– Sua aplicação faz com que pessoas que contribuíram pelo mesmo período e sobre igual salário de contribuição, mas com idades diferentes por ocasião do requerimento de aposenta-

doria, consigam uma renda mensal diferente. Na prática, a pessoa com maior idade recebe uma renda maior. Portanto, o fator previdenciário é excessivamente cruel com os trabalhadores que se aposentam pelo INSS [Instituto Nacional do Seguro Social].

Paim defendeu a aprovação de projeto de sua autoria (PLS 296/03) que revoga a lei instituidora do fator previdenciário. A proposição foi aprovada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), mas, como houve recurso, ela terá de ser votada em Plenário.

No momento, a matéria tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e, “para evitar medidas protelatórias”, Paim anunciou a convocação de audiência pública conjunta da CAS e da CAE para o dia 6 de julho, às 14h, no Auditório Petrônio Portella. Além dos parlamentares, deverá participar o ministro da Previdência e Assistência Social, Nelson Machado. O senador res-



Paim afirma que mecanismo é “excessivamente cruel” com o segurado da Previdência Social

saltou a importância da mobilização e da participação de todos os segmentos da sociedade.

Em aparte, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) condenou a maneira como é feito o cálculo do fator previdenciário, pois, segundo ela, a situação geral dos segurados do INSS não seria compatível com os dados do IBGE. Além disso, ressaltou que a medida prejudica os mais pobres, as mulheres e aqueles que entraram no mercado de trabalho mais cedo.



Renan afirma que votação do projeto de decreto legislativo ratificando o protocolo é a grande resposta a ser dada ao "descalabro" por que passa o sistema prisional brasileiro



Aldo e Renan (ao fundo) reuniram-se ontem com o secretário de Direitos Humanos, Paulo Vannuchi (quarto à esq.), e assessores

## Ato internacional contra tortura a presos poderá ser votado logo

Os presidentes do Senado Federal, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, afirmaram ontem que vão se empenhar pela ratificação do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura. Eles se reuniram ontem, em audiência, com o ministro Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

– É uma grande resposta que podemos dar ao descabro por que passa nosso sistema prisional – avaliou Renan Calheiros.

O protocolo, cuja aprovação é tema do projeto de decreto legislativo (PDC 1.425/04), determina a criação de um Comitê Nacional para Prevenção e Controle da Tortura. O comitê poderá visitar, sem aviso prévio, locais onde pode ocorrer essa prática, como presídios, delegacias e instituições de internamento de menores. A comissão foi criada ontem, em cerimônia no Palácio do Planalto.

O Brasil é signatário do documento desde 2003, mas o

Congresso ainda não o ratificou. Até agora 20 nações, segundo o ministro, já aderiram formalmente ao protocolo.

– Ouvimos dos dois presidentes [do Senado e da Câmara] uma completa concordância e a informação de que o tema não é polêmico – anunciou o ministro, acrescentando que o projeto poderá ser aprovado, primeiro pela Câmara e depois pelo Senado, assim que forem votadas as medidas provisórias que obstruem as pautas das duas Casas.

## Comissão vota embaixadores para Austrália e Togo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar amanhã a indicação do diplomata Fernando Paulo de Mello Barreto Filho para embaixador do Brasil na Austrália. De acordo com a mensagem presidencial, Barreto Filho também exercerá, cumulativamente, o cargo de embaixador na República de Vanuatu e em Papua Nova Guiné.

O intercâmbio comercial entre o Brasil e a Austrália é baixo, conforme a mensagem presidencial. “Em 2005, a Austrália foi destino de 0,38% das exportações brasi-

leiras, ao passo que se originaram naquele país 0,85% de nossas importações”, cita a mensagem. O Brasil iniciou relações diplomáticas com a Austrália em 1945; com a República de Vanuatu, em 1986; e com Papua Nova Guiné, em 1989.

Na mesma reunião, a CRE votará ainda indicação de Arnaldo Caiche D’Oliveira para embaixador na República Togolesa. A relação de trocas comerciais do Brasil com esse país registra volumes anuais modestos, embora crescentes, segundo o Executivo. Em 2005, o volume comercial

atingiu cerca de US\$ 36 milhões contra US\$ 22 milhões em 2004 e US\$ 11 milhões em 2003.

País da costa ocidental da África com 4,9 milhões de habitantes, Togo conquistou sua independência em 1960, quando era integrante da antiga Federação Francesa da África Ocidental.

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) é o relator das duas indicações. Paulo de Mello Barreto Filho e Arnaldo Caiche D’Oliveira são ministros da carreira de diplomata do quadro permanente do Ministério das Relações Exteriores.

## MP pedirá inquérito contra mais 30 parlamentares, diz presidente de CPI

Após encontro com o procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), afirmou em entrevista que o Ministério Público deve pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) a abertura de inquérito para investigar o suposto envolvimento de mais 30 parlamentares na máfia das ambulâncias. O órgão havia solicitado que outros 15 fossem investigados.

Biscaia disse não ter ouvido do procurador o nome de nenhum parlamentar envolvido no esquema de superfaturamento na compra de ambulâncias com recursos de emendas parlamentares ao Orçamento da União.

O presidente da CPI e o relator, senador Amir Lando (PMDB-RO), também tiveram audiência com a presidenta do STF, ministra Ellen Gracie. De acordo com Biscaia, a

ministra explicou que a liberação do sigilo dos nomes dos parlamentares e demais informações sobre os inquéritos em andamento no STF dependem de decisão do relator do caso, ministro Gilmar Mendes, com quem o deputado deveria agendar um encontro para hoje.

Biscaia adiantou que já recebeu da Procuradoria Geral da República e da Polícia Federal parte dos documentos para análise, aqueles não protegidos por sigilo, que dependem da liberação de Gilmar Mendes. Indagado sobre o desenvolvimento dos trabalhos da comissão, uma vez que a maior parte da documentação está sob sigilo, o presidente da CPI afirmou “ser evidente” que aquilo que for sigiloso será tratado de forma reservada, mas que, ao final dos trabalhos, é dever do colegiado divulgar os nomes de todos os

parlamentares envolvidos.

Ele acrescentou que o roteiro dos trabalhos será divulgado amanhã e que nas duas primeiras semanas de julho devem ser iniciados os depoimentos e a análise da documentação. Biscaia garantiu que, em 60 dias, a CPI dos Sanguessugas terá um relatório final a apresentar, pois, segundo ele, essa é uma exigência dos integrantes da comissão e de toda a sociedade.

– A CPI é o local apropriado para realizar as investigações e não para se exercer a defesa. A defesa tem o foro próprio – frisou Biscaia, respondendo a pergunta se o Congresso deveria cassar parlamentares antes das próximas eleições e sobre o direito de defesa dos acusados.

**Relator afirma que foram estabelecidas, em encontros, as bases de cooperação e acesso a dados da PF e do MP**

**Polícia Federal**

O presidente e o relator da CPI também se encontraram ontem com o diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda. Tanto o

Ministério Público quanto a PF informaram que as investigações sobre o esquema de compra de ambulâncias superfaturadas estão “bastante adiantadas”, sendo que ações foram iniciadas na Justiça Federal em Mato Grosso.

– Foi um dia muito produtivo, em que estabelecemos as bases da cooperação e do acesso a dados da PF e do Ministério Público. Já há inquéritos no STF. Esses processos são fontes importantes para as informações de que nós precisamos – ressaltou o relator.

O presidente da CPI disse que na reunião de amanhã, às 10h, devem ser votados requerimentos e agendados os primeiros depoimentos. A seu ver, não haverá necessidade de realizar oitivas com todos os parlamentares acusados de envolvimento com a máfia dos sanguessugas.



Biscaia e Lando (D) chegam à Procuradoria Geral da República em busca de informações





Eleitores devem rejeitar envolvidos em corrupção, aconselha Ramez Tebet

## Tebet pede Congresso renovado por “homens e mulheres de bem”

Ramez Tebet (PMDB-MS) pregou ontem a necessidade de os eleitores rejeitarem pelo voto os candidatos que sabidamente estejam envolvidos em corrupção e outros atos lesivos aos recursos públicos. O senador disse acreditar que, com o Congresso renovado por “homens e mulheres de bem”, a reforma

política possa ser finalmente aprovada.

O parlamentar lamentou que a sociedade esteja “anestesiada” diante dos escândalos que têm marcado a política brasileira, mas espera que o pleito de outubro, quando já deverá ter passado o clima de euforia da Copa do Mundo, seja a oportunidade para

que os brasileiros imprimam um sentido cívico ao voto.

– É preciso eleger cidadãos honrados, que não recorram à ilusão e que se esforcem para cumprir suas promessas – defendeu o senador.

Tebet afirmou que os partidos estão enfraquecidos e que a cláusula de barreira não é sufi-

ciente para dar legitimidade às agremiações. Ele alertou para a falta de vibração que tem marcado as mais recentes convenções partidárias.

O senador foi apoiado em apertes pelos colegas Paulo Paim (PT-RS) e Marco Maciel (PFL-PE) e pela presidente da sessão, Heloísa Helena (PSOL-AL).

## Raupp questiona suposto atentado contra Ivo Cassol

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem, em Plenário, que estranhou a notícia de que o helicóptero utilizado pelo governador de Rondônia, Ivo Cassol (PPS), pré-candidato à reeleição, teria sofrido sabotagem na semana passada. O senador lembrou que nas últimas eleições, quando Cassol era candidato ao governo do estado, surgiram boatos semelhantes acerca de uma sabotagem no avião usado por ele.

Raupp ressaltou estar preocupado porque, na sua opinião, em época de campanha eleitoral “muitas coisas são inventadas” com o objetivo de atingir adversários. Ele afirmou que Cassol está dizendo que a suposta sabotagem seria “um ato de adversários políticos”. Segundo o senador, a imprensa de Rondônia está noticiando que o piloto da aeronave, na sexta-feira pela manhã, teria percebido algo de errado ao ligar o helicóptero e, por isso, não teria decolado. Raupp disse que existem informações de que alguém teria colocado cerca de 30 litros de água no tanque de combustível do helicóptero, que se encontrava, desde a tarde da quinta-feira, no pátio do quartel da Polícia Militar da cidade de Rolim de Moura.

O senador afirmou não querer levantar suspeitas contra membros da Polícia Militar de Rondônia, classificada por ele como “honrada, briosa e responsável”. Ele disse ainda que, por ser adversário político de Cassol, quer ver o caso resolvido para que não caíam suspeitas contra ele.



“Muitas coisas são inventadas” em época de campanha eleitoral, observa Raupp

# Maciel defende reforma que restaure confiança da sociedade

Desconfiança das pessoas na eficiência das instituições, segundo o senador, coloca em risco conceitos como lei e justiça, ordem e responsabilidade coletiva

O senador Marco Maciel (PFL-PE) defendeu ontem uma reforma das instituições sociais que reaproxime o público do privado. Para ele, é preciso eliminar os “péssimos hábitos da vida pública que se repetem na vida privada” para tentar recuperar o respeito e a confiança da sociedade nas instituições políticas e nos Poderes do Estado. Ele citou como exemplo o descumprimento de horários, a incontinência verbal, o uso abusivo de jargões que degradam o sentido da autoridade e a utilização desmesurada dos infinitos recursos judiciais para se livrar das obrigações.

– Enquanto não restaurarmos o velho e esquecido princípio jurídico de que, na vida privada, tudo o que não é proibido é permitido, e de que, na vida pública, é proibido tudo o que não é explicitamente permitido, não vamos conseguir consolidar a confiança



Maciel: falta cultura cívica nas escolas, “que somente ensinam, mas não educam”

nas instituições, que, diferentemente da transitoriedade dos governos, são permanentes.

Para Maciel, os conflitos que separam os cidadãos – e que são provenientes das dificuldades enfrentadas por todos na vida cotidiana – são resultado da falta de cultura cívica nas escolas, “que somente ensinam, mas não educam”. O senador alertou para

o risco que correm instituições como lei e justiça, ordem e responsabilidade coletiva, com a perda de confiança das pessoas na eficiência das instituições.

– Espetáculos que emulam a paixão coletiva das torcidas nos estádios de futebol, aqui como em alguns outros países, terminaram se transformando em cenários para exibição de gladiadores capazes de cenas dantescas de agressão e dos piores instintos de agressividade insana – frisou.

O senador avalia que o resultado é a repetição, no plano individual, das carências que podem ser observadas nas ações coletivas das multidões, como as chacinas, o abuso da força, o império da violência pela certeza da impunidade e de sinais cada vez mais visíveis de desvios de conduta de quem age inspirado pelos padrões das multidões desregradas.



Feitos do governo Lula terão mais destaque que debate da ética, diz Sibá

da ética da campanha de Lula se deve ao envolvimento de parlamentares do partido no “mensalão”. Sibá sustentou que o partido não irá se furtar ao debate da ética, se achar conveniente, mas prefere destacar na campanha os feitos do governo Lula.

## Sibá: Lula “está preparadíssimo para um segundo mandato”

Sibá Machado (PT-AC) leu da tribuna trechos do discurso do presidente Lula na convenção do Partido dos Trabalhadores, no último sábado, que aprovou a indicação de Lula para tentar a reeleição. O senador garantiu que o presidente “está preparadíssimo para um segundo mandato” e se deteve principalmente nas partes do discurso em que Lula mostrou os avanços econômicos e sociais do seu governo.

Depois de lembrar que “não foi o PT que propôs e lutou pela reeleição no país”, Sibá afirmou que, pessoalmente, é contra o

instituto, ponderando que ele “não é bom para a democracia e nem para o país”.

O senador informou que no Acre haverá convenção na sexta-feira, quando uma frente parlamentar (PT, PMN, PL, PCdoB, PSDC, PSB e PRTB) lançará o nome do atual vice-governador Binho Marques para candidato ao governo estadual e, para o Senado, o do senador Tião Viana (PT), cujo mandato termina no final do ano.

Em aparte, Leonel Pavan (PSDB-SC) questionou se a decisão do PT de excluir a defesa



Paulo Octávio afirma que se inspira em figuras como Tancredo Neves

## Acordo com Arrudane o PFL, explica Paulo Octávio

O senador Paulo Octávio (PFL-DF) explicou ontem o acordo que o levou a desistir de concorrer ao cargo de governador do Distrito Federal (DF) e aceitar ser o candidato a vice-governador na chapa do deputado José Roberto Arruda (PFL-DF). Paulo Octávio disse que buscou inspiração em Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, José Sarney e Marco Maciel para mudar e manter unido o PFL do DF.

– Fizemos o acordo que se dizia impossível. Conversei muito, ouvi conselhos de políticos experientes de todos os partidos e aceitei, de bom grado, a mediação do presidente [do PFL] Jorge Bornhausen. Diante de um possível impasse, decidi aceitar a composição com o deputado José Roberto Arruda. Quem apostou na divisão do PFL, perdeu – afirmou.

Paulo Octávio disse ainda que a marca registrada da política brasileira é a busca da conciliação através da negociação. Ele lembrou que o confronto levou o Brasil a uma ditadura e que a negociação reimplantou a democracia.

– No regime das liberdades plenas não há espaço para voluntarismo. Vamos sim, Arruda e eu, caminhar juntos, porque esta é a vontade majoritária dos eleitores do PFL no Distrito Federal – concluiu.

Projeto de lei obriga operadoras a instalarem bloqueadores de sinais em penitenciárias estaduais e federais e determina aplicação de multas em caso de descumprimento

## Comissão analisa bloqueio de celulares em presídios

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) deverá analisar na quinta-feira, em decisão terminativa, o projeto de lei que obriga as operadoras de telefones celulares a instalarem bloqueadores de sinais de radio-comunicações em penitenciárias estaduais e federais. A matéria, de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), conta com parecer favorável do relator da proposição, senador Demostenes Torres (PFL-GO).

O projeto (PLS 137/06) prevê, ainda, que as operadoras deverão prestar todos os serviços de manutenção, troca e atualização tecnológica dos bloqueadores instalados nas penitenciárias. Também determina a aplicação de multa, que vai de R\$ 30 mil a R\$ 150 mil, no caso de descumprimento das normas contidas na proposição, podendo culminar com a perda do direito de exploração do serviço pelas operado-



**Tourinho lembra que presos usam celular para praticar crimes de extorsão**

ras reincidentes. A proposta já foi apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que aprovou parecer favorável à matéria.

“Temos perfeito conhecimento de que muitos condenados, dentro dos presídios, mantêm vínculos com organizações criminosas, com a ajuda de aparelhos celulares. Chegam a praticar crimes

de extorsão, ligando para vítimas desinformadas, ameaçando seus familiares. Lamentavelmente, o uso de celular tem sido a regra nos estabelecimentos penais. Por mais rigorosas e periódicas que sejam as revistas, é impressionante como os presos continuam tendo acesso ao celular”, alega Tourinho na justificativa da matéria, referindo-se aos episódios de violência ocorridos entre os dias 12 e 15 de maio deste ano na capital paulista.

A comissão também irá analisar as mensagens presidenciais que submetem os nomes de Josef Barat para exercer o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Francisco de Oliveira Filho para o cargo de diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). A avaliação dos dois indicados será realizada em reunião pública. A votação será secreta.

## Proposta beneficia condenado que colaborar com a Justiça

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) quer alterar a Lei de Proteção à Vítima e Testemunhas Ameaçadas (Lei 9.807/99) para beneficiar com a redução de pena o preso condenado que colaborar voluntariamente com a investigação policial ou processo criminal. O projeto prevê a redução de um a dois terços da pena. Esse benefício hoje só contempla o réu ainda não condenado.

Na justificativa da proposta (PLS 140/06), Alvaro Dias alega que os estabelecimentos penitenciários são locais de circulação de informações, em que vários presos compartilham fatos relacionados a autores de crimes, a

vítimas e a produtos de crimes. Enquanto isso, a legislação brasileira não fornece nenhum meio para que a Justiça possa utilizar-se desses dados, ouvindo um preso que deseje colaborar em troca da redução da pena.

– A lei que estabelece normas sobre os programas de proteção a testemunhas, vítimas e réus colaboradores, além de limitar a colaboração do réu ao crime que ele cometeu, exige que ele esteja respondendo ao processo – diz o senador.

Na avaliação de Alvaro Dias, é injustificável que a legislação não preveja a proteção ou o benefício penal para um preso que



**Alvaro Dias propõe redução de um a dois terços da pena de presos condenados**

tenha boas informações sobre os autores de outros crimes. Exemplificou com o caso de um gerente de organização criminosa que possa oferecer dados para que outros componentes do grupo sejam presos e para que se recuperem os produtos de outros delitos.

## Heloísa quer plano de segurança pública coordenado pelo governo

Ao criticar o sistema prisional brasileiro no Dia Mundial Contra a Tortura, a senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) fez um apelo ao governo federal, ontem, para que coordene um plano nacional de segurança pública baseado em diagnóstico da área preparado pelos estados. Esse diagnóstico, detalhando desde o número de presídios a serem construídos às condições de trabalho de policiais civis e militares, foi entregue pelos secretários de Segurança Pública de todos os estados brasileiros ao Ministério da Justiça no ano passado.

– Faço um apelo para que todas as proposições apresentadas sejam assumidas pelo governo federal. Que sejam estabelecidos que mecanismos serão disponibilizados, quer seja de recursos financeiros, quer seja de prerrogativas assumidas pelos municípios, estados e governo federal para que a gente possa ao menos minimizar o risco de ver ações de tanta violência no Brasil – disse.

A senadora alertou para a necessidade urgente de implementar nos presídios nacionais mecanismos de ressocialização dos internos, além de cursos



**Diagnóstico foi entregue em 2005 pelos secretários estaduais, afirma Heloísa**

profissionalizantes e sistema de atendimento médico e psicológico. Considerando as prisões como casas de “tortura e tratamento desumano e degradante”, ela cobrou do governo medidas para coibir a violência sexual perpetrada habitualmente contra detentos indefesos.

Heloísa sugeriu ainda a adoção no Brasil de um sistema de monitoramento de presos através de pulseiras contendo *chips* afixadas nos tornozelos dos presidiários.

– É inaceitável que não tenhamos um mecanismo de monitoramento de cada um dos presos, esteja ele em liberdade provisória, utilizando indulto ou encarcerado – afirmou.

## Fátima Cleide defende projeto para coibir violência contra mulheres

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) defendeu, ontem, a votação urgente em Plenário do projeto de lei do Executivo que coíbe a violência doméstica e familiar contra as mulheres. Além de alterar o Código Penal e o Código de Processo Penal, o projeto (PLC 37/06) cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

Fátima ressaltou que, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, uma mulher é espancada a cada 15 segundos no Brasil, e que, conforme a Associação Nacional de Juízes, 70% dos casos apresentados aos juizados especiais tratam de violência contra mulheres.

O estado de Pernambuco foi citado pela senadora como um dos exemplos da situação da violência contra a mulher no país. Ela afirmou que, neste ano, foram assassinadas 154 mulheres naquele estado, a maioria pelo companheiro ou ex-companheiro.

– Com o PLC 37/06 cai por terra essa história de o agressor pagar pelo crime com meras cestas básicas, o que contribui para



**Iniciativa impede que agressor pague pelo crime com cestas básicas, diz Fátima**

a impunidade – declarou Fátima, ao destacar que essa proposta encaminha os casos não mais para os juizados especiais, mas para a Justiça comum, “na qual as punições costumam ser mais rígidas”, além de retirar da lista de crimes menores o da violência doméstica e familiar contra a mulher.

A senadora lembrou que o projeto foi enviado à Câmara em dezembro de 2004 – onde tramitou até março de 2006 – e que, após chegar ao Senado, foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e agora aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário.

“...um convite à imaginação, às formas novas e belas, capazes de surpreender e emocionar pelo que representam de novo e criador.”  
Oscar Niemeyer

**Conheça o Senado Federal.**  
**Você também vai se encantar.**

2ª a 6ª feira  
Manhã - 9h30 10h30 11h30  
Tarde - 14h30 15h30 16h30

Sábados, domingos e feriados  
10h 11h 12h 13h 14h

VITE O SENADO  
www.senado.gov.br

REPRODUÇÃO: Museu do Congresso Nacional